

## POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO PARA REGISTRO DO TÍTULO DE OBRAS PUBLICADAS ANTES DA PRIMEIRA REFORMA ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Helen Rose Flores<sup>1</sup>

**Eixo Temático:** Produtos e serviços de catalogação.

**Resumo:** A Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui no acervo obras publicadas a partir de 1801 e embora todas constem na base de dados SABI (Catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFRGS) detectou-se a existência de ruído na recuperação de dados nas buscas por título. A partir de testes simulando buscas no catálogo identificou-se o problema, que decorria da grafia das palavras que compunham os referidos títulos e que o mesmo estava limitado aos documentos publicados até a primeira metade da década de 1940. A questão, portanto, não tinha origem na aplicação das regras para descrição constantes no Código de Catalogação Anglo-Americano ou de orientações nos manuais do SABI. Optou-se pelo aprofundamento dos conhecimentos sobre a história da língua portuguesa e das mudanças promulgadas ao longo dos séculos XVIII e XIX, a fim de encontrar uma solução que qualificasse o registro bibliográfico e conseqüentemente o catálogo da instituição. Uma vez que a mudança de grafia das palavras foi implantada pelo Formulário Ortográfico de 1943, e que o mesmo indicava a forma de atualização dos vocábulos a partir daquele ano, pôde ser estabelecida a política para registro da forma atualizada dos termos como variações do título. Desse modo oportuniza-se a recuperação dos dados por parte do usuário que desconhece a existência de outra redação para as palavras em língua portuguesa, e que por este motivo tem sua busca limitada.

**Palavras-chave:** Registro bibliográfico. Variações do título. Reforma ortográfica. Recuperação da informação.

**Abstract:** The Library from the Faculdade de Medicina of Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) has in its heap published works after 1801 although all of them consist at SABI's data base (UFRGS Libraries' System catalog from) it was detected the existence of noise in data's recuperation in researches by tittle. After tests simulating researches in the catalog it was identified the problem, that elapsed from word's orthography that compound the reported tittles and the same were limited to documents published until the first half decade of 1940. The point, however, did not have origin in the rules' application to description of constant in Anglo-American Cataloguing Rules or the orientations at SABI's manual. It was chosen from knowledge's deepening about the history of Portuguese language and promulgated changes along the XVII and XIX centuries, in order that the orthography found in the words was implanted by the Orthographic Form from 1943, and that the same indicated a way to update from the vocabulary after this year, it could be established the politics to register an updated way from the terms and variations of the tittle. This way it was enable the recuperation from data after the user's part that unknowns the existence of writing words in Portuguese language, so that for this reason it had its search limited.

---

<sup>1</sup> Contato: <helen.flores@ufrgs.br>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Bibliographic record. Variations of the title. Orthographic reform. Information retrieval.

**Resumen:** La Biblioteca de la Facultad de Medicina de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) posee en su acervo obras publicadas a partir de 1801 y aunque todas ellas consten en la base de datos SABI (Catalogo del Sistema de Bibliotecas de la UFRGS) fue detectado la existencia de un ruido en la recuperación de datos en las buscas por un título. A cerca de testes simulando buscas en lo catalogo fue identificado el problema, que he resultado de la grafía de las palabras que componen los referidos títulos y que lo mismo estaba ilimitado a los documentos publicados hasta la primera metade de década de 1940. La cuestión, así, no tiene origen en la aplicación de las reglas para descripción constantes no Código de Catalogación Anglo-Americano o de orientaciones nos manuales do SABI. Se optó por el profundiza miento de los conocimientos sobre la historia de la lengua Portuguesa y de las mudanzas promulgadas al largo dos siglos XVIII y XIX, a fin de encontrar una solución que cualificase lo registro bibliográfico y Ortográfico de 1943, e que mismo indicaba a forma de actualización dos vocablos a partir de aquel año, pode ser establecida la política para registro de una forma actualizada de los termos como variaciones de títulos. Dese modo se permite la recuperación dos dados por parte do usuario que desconoce la existencia de otra redacción para las palabras en lengua Portuguesa, e que por este motivo tiene su busca limitada.

**Palabras clave:** Registro bibliográfico. Variaciones del título. Reforma ortográfica. Recuperación de la información.

## 1 INTRODUÇÃO

Os catálogos são fundamentais para o estudo e a pesquisa em todas as áreas do conhecimento e o acervo que compõe as unidades de informação tem sido objeto de diversos trabalhos tendo como tema a visibilidade pessoal (valorização da produção autoral), a visibilidade institucional e o uso dos catálogos como meios de divulgação da literatura técnica e/ou como científica, entre outros.

Com o advento das tecnologias, os usuários compreendem as facilidades de busca via *web* e de acesso rápido e dinâmico a informação, no entanto ele também deve visualizar no catálogo uma ferramenta segura de acesso à informação documentária, tratada e armazenada. (SOUSA; FUJITA, 2012, p. 71-72)

A partir da orientação aos usuários em buscas no Catálogo das Bibliotecas (SABI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi detectado um problema na recuperação de informações a partir da não localização alguns recursos quando o usuário utilizava no formulário de busca o título como campo a pesquisar.

O objetivo deste estudo foi identificar o motivo de ruído no uso do catálogo como canal de comunicação entre a Biblioteca e os usuários e propor uma solução para o problema existente na recuperação dos dados.

Para coleta e análise dos dados foram adotadas as seguintes etapas:

- a) Revisão de literatura;
- b) Identificação e leitura da legislação existente sobre as Reformas Ortográficas;
- c) Coleta de dados nos textos legais;
- d) Análise dos dados;
- e) Elaboração de uma proposta para complementação da política de catalogação existente.

## **2 A BIBLIOTECA E O CATÁLOGO**

Tendo sido fundada em 25 de julho de 1898, a Faculdade de Medicina de surgido a partir da Escola de Partos da Santa Casa e da Escola de Farmácia de Porto Alegre, denominada inicialmente como Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

No estado do Rio Grande do Sul, a Faculdade de Medicina também foi um dos primeiros cursos superiores, precedido apenas pelas Escolas de Farmácia e de Engenharia – ambas fundadas 1896 – e seguida pela Faculdade de Direito (fundada em 1900). As quatro entidades permaneceram independentes até a década de 30, quando se uniram administrativamente constituindo a Universidade do Rio Grande do Sul, que posteriormente foi federalizada, dando origem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na UFRGS o catálogo coletivo congrega a descrição do acervo de todas as 33 bibliotecas que formam o Sistema de Bibliotecas da Universidade (SBU), e para garantir sua consistência os dados nele incluídos devem seguir a política de catalogação adotada pelo Sistema, entendendo-se esta como um conjunto de orientações e princípios formalizados e explícitos que apoiam a tomada de decisões ao longo do processo de organização e tratamento da informação. No SBU a política de catalogação está registrada nos manuais do Catálogo das Bibliotecas da UFRGS (SABI), disponíveis em: <http://www.ufrgs.br/documenta/manuais-sabi>.

É visível que a evolução tecnológica que ocorreu em várias áreas do conhecimento alterou o modo de armazenar, tratar e recuperar a informação, atingindo inclusive as bibliotecas e os serviços prestados por ela. Uma mudança perceptível está no fato dos catálogos, que por um grande período foram construídos para uma comunidade local, passaram a ser disponibilizados na web em formato on-line, tornando-se disposto para acesso do público em geral (FUJITA, 2009).

O Catálogo automatizado das Bibliotecas da UFRGS (SABI) incluiu no início principalmente a descrição dos documentos publicados a partir de 1989 – quando teve início o processo de automação das Bibliotecas da Universidade, com o reprocessamento do material já existente sendo feito aos poucos por iniciativas individuais de algumas das Bibliotecas do SBU. No caso da Biblioteca FAMED/HCPA o reprocessamento foi feito de 1997 a 2006, tendo sido acelerado o processo a partir de 2005 pela implantação de um projeto institucional de catalogação retrospectiva.

Conforme Okada e Ortega (2009, p. 32):

É necessário verificar também se os critérios para entrada de dados descritivos foram devidamente institucionalizados, no que se refere à definição de itens orientados segundo o AACR2 ou baseados em critérios locais, estabelecidos em manual da instituição. O profissional deve saber utilizar os instrumentos de organização da informação (no caso estudado, o formato MARC 21 e o AACR2) e discernir sobre a forma como os mesmos são institucionalizados. Não deve abordar estes instrumentos como a causa de todos os problemas, mas saber interpretá-los e empregá-los, propondo soluções que decorram em processos satisfatórios de recuperação da informação.

A partir da revisão de literatura e de simulações de buscas feitas no SABI verificou-se que a busca por título estava sendo prejudicada pela grafia de algumas palavras nos documentos antigos.

No Brasil houve mudanças ortográficas a partir de 1943, data do primeiro Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e como a Biblioteca FAMED/HCPA possui em seu acervo documentos publicados no Brasil e em português a partir de 1870, se faz necessário o aprofundamento dos conhecimentos sobre a ortografia da língua portuguesa, a fim de encontrar uma solução que qualifique o registro bibliográfico e conseqüentemente o catálogo da instituição.

O profissional, com o auxílio do AACR2 e com base na política institucional, é quem determina quais informações devem ser consideradas no momento do tratamento da informação. (OKADA; ORTEGA, 2009, p. 31)

Além os manuais com instruções comuns às Bibliotecas do SBU as Bibliotecas Setoriais podem estabelecer orientações locais (mais específicas), desde que estas não apresentem divergência com as regras maiores.

Uma vez que o problema dizia respeito à grafia diferenciada de algumas palavras encontradas em documentos antigos, que impedia sua busca a partir das regras ortográficas atuais, partiu-se para uma revisão de literatura sobre as reformas ortográficas ocorridas nos países, a fim de identificar as alterações ortográficas e propor uma forma para registro dos títulos no catálogo e os campos utilizados para os referidos dados.

### 3 ATUALIZAÇÕES ORTOGRÁFICAS

Não é propósito deste trabalho discutir exhaustivamente as Reformas Ortográficas ocorridas no Brasil, mas fazer uma revisão de literatura que embase a política de catalogação a ser proposta.

Conforme Tavares e Ricardo o primeiro documento tratando de regras ortográficas para a língua portuguesa data de 1671, mas somente em 1915 foi feito o primeiro acordo ortográfico, quando a Academia Brasileira de Letras resolveu harmonizar a ortografia do Brasil com a portuguesa, contudo este documento não foi considerado oficial, sendo a resolução da Academia revogada em 1919.

Nos anos seguintes foram feitos encontros entre as Academias dos dois países, dos quais resultou um acordo preliminar assinado em 1931, que visava diminuir as diferenças ortográficas entre Portugal e Brasil, tendo em vista a adoção em Portugal da Reforma Ortográfica de 1911.

O Primeiro Acordo Ortográfico partiu da iniciativa da Academia Brasileira de Letras e foi aprovado pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1931 e publicado no Diário do Governo nº 120. I Série, de 25 de Maio. Este visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa. No entanto, nunca foi posto em prática.

Em 1940, a Academia das Ciências de Lisboa, publica o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado no Brasil a 29 de Janeiro de 1942.

O Formulário Ortográfico de 1943, aprovado em 12 de Agosto, é um conjunto de instruções estabelecido pela Academia Brasileira de Letras para a organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa do mesmo ano.

[. . .]

A Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945 ou Acordo Ortográfico de 1945, é adoptado em Portugal, mas não no Brasil. Em

Portugal é publicado como Decreto n.º 35.228 no Diário do Governo, 8 de Dezembro de 1945. No Brasil não foi ratificado pelo Congresso, e, por isso, os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia do Formulário Ortográfico de 1943. TAVARES; RICARDO, 2009, p. 177)

O Formulário Ortográfico de 1943 era composto de 2 partes: uma introdução contendo 12 artigos e tratando dos princípios para a fixação da grafia do português do Brasil; e regras básicas, composta por 17 bases detalhadas no Quadro 1, que estabeleciam os princípios que regiam a ortografia da língua portuguesa no Brasil. Embora não tenha sido objeto de nenhuma lei o Formulário foi considerado o documento oficial da ortografia no país a partir de então.

Base	Assunto
I	Alfabeto: determina a composição do alfabeto português com 23 letras, permitindo o emprego das letras K, W e Y apenas em casos especiais.
II	K, W, Y: apresenta as mudanças gráficas de termos que até então empregavam essas letras, <i>k</i> por <i>qu</i> (antes de <i>e</i> e <i>i</i> ) ou por <i>c</i> (antes das outras vogais). O <i>w</i> , substituído por <i>v</i> ou <i>u</i> , de acordo com seu valor fonético. O <i>y</i> substituído sempre por <i>i</i> . As únicas exceções foram as letras que compõem abreviaturas internacionais ou fazem parte de antropônimos estrangeiros.
III	H: esta letra passou a ser conservada apenas no princípio das palavras cuja etimologia o justificasse nos dígrafos <i>ch</i> , <i>lh</i> e <i>nh</i> , em interjeições e nos compostos com hífen, sendo abolido em compostos sem hífen.
IV	Consoantes mudas: extinção completa de quaisquer consoantes que não se proferissem, ressalvadas as palavras que tivessem variantes com letras pronunciadas ou não.
V	SC: eliminação do <i>sc</i> no início das palavras e manutenção apenas quando os vocábulos já estivessem formados.
VI	Letras dobradas: permanência dos grupos <i>rr</i> e <i>ss</i> com som único e do grupo <i>cc</i> (ou <i>cç</i> ) com sons distintos.
VII	Vogais nasais: fixação da grafia dessas vogais.
VIII	Ditongos: regras para a grafia de ditongos orais e nasais.
IX	Hiatos: uso de <i>oe</i> e <i>ue</i> nos verbos terminados em <i>oar</i> e <i>uar</i> na 1ª, 2ª e 3ª do singular do subjuntivo.
X	Parônimos e vocábulos de grafia dupla: fixação de grafias de <i>e/i</i> , <i>o/u</i> , <i>c/q</i> , <i>ch/x</i> , <i>g/j</i> , <i>s/ss/c/ç</i> , <i>s/x</i> , <i>s/z</i> e com os vários valores fonéticos do <i>x</i> .
XI	Nomes próprios: regras do Formulário para aporuguesamentos e nomes próprios. Ressalva ao direito de manter a grafia original dos nomes próprios de pessoas e empresas. Exceção feita aos topônimos de tradição histórica, tais como Bahia.
XII	Acentuação gráfica: regras para grafar os acentos nas oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.
XIII	Apóstrofo: apenas para supressão de letras em versos, reprodução de pronúncias populares, supressão de vogais em palavras compostas com consagração pelo uso, como em " <i>d'oeste</i> ", " <i>d'alto</i> ", " <i>d'arco</i> ", etc.
XIV	Hífen: uso de hífen em verbos e palavras compostas com prefixos e sufixos, além de verbos.
XV	Divisão silábica: determinou que a separação silábica devesse ser feita pela soletração e não mais pela etimologia.

XVI	Emprego das iniciais maiúsculas: regras para o uso de maiúsculas, excluindo o uso para meses do ano, pontos cardeais, nomes de povos e nacionalidade.
XVII	Sinais de pontuação: uso das aspas (aspas americanas), dos parênteses, do travessão e do ponto final.

Quadro 1 – Alterações ortográficas constantes na reforma de 1943  
 Fonte: Academia Brasileira de Letras (1943).

Segundo Niskier (2003) foram promulgadas no Brasil em 1971 e em Portugal em 1973 leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas.

No Brasil a reforma ortográfica de 1971, aprovada pela Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, trouxe transformações apenas nas regras de acentuação, conforme segue:

Art 1º De conformidade com o parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, exarado a 22 de abril de 1971 segundo o disposto no artigo III da Convenção Ortográfica celebrada em 29 de dezembro de 1943 entre o Brasil e Portugal, fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra e e na letra o, a sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra e e a letra o, exceção feita da forma pôde, que se acentuará por oposição a pode; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo mente ou iniciados por z.

Estes acordos, contudo, não encerraram as discussões e as divergências com relação ao idioma entre os países, que embora falassem o mesmo idioma, tinham questões históricas e culturais a serem resolvidas com relação a ortografia.

Em 1986, na reunião de representantes dos sete países de língua portuguesa (CPLP, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Rio de Janeiro, resultaram as Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986, que, novamente, nunca chegam a ser implementadas. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um tratado internacional que tem por objectivo criar uma ortografia unificada para o português, a ser usada por todos os países de língua oficial portuguesa. Foi assinado por representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990, ao fim de uma negociação entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras iniciada em 1980. Depois de obter a sua independência, Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004. O acordo teve ainda a presença de uma delegação de observadores da Galiza.

No Brasil, o acordo foi aprovado em 1995, pelo Decreto Legislativo nº 54., porém somente entrou em vigor recentemente porque dependia da ratificação de Portugal, que ocorreu em 2008.

Base	Assunto
I	Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados: determina a composição do alfabeto português com 26 letras, permitindo o emprego das letras K, W e Y apenas em casos determinados na lei.
II	H inicial e final.
III	Homofonia de certos grafemas consonânticos.
IV	Sequências consonânticas.
V	Vogais átonas.
VI	Vogais nasais.
VII	Ditongos.
VIII	Acentuação gráfica das palavras oxítonas.
IX	Acentuação gráfica das palavras paroxítonas
X	Acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas <i>i</i> e <i>u</i> das palavras oxítonas e paroxítonas.
XI	Acentuação gráfica das palavras proparoxítonas.
XII	Emprego do acento grave.
XIII	Supressão dos acentos em palavras derivadas
XIV	Trema
XV	Hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares.
XVI	Hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação.
XVII	Hífen na ênclise, na tmese e com o verbo <i>haver</i> .
XVIII	Apóstrofo.
XIX	Minúsculas e maiúsculas.
XX	Divisão silábica.
XXI	Assinaturas e firmas.

Quadro 2 – Alterações ortográficas constantes na reforma de 2008  
 Fonte: Brasil (2008).

Das 21 Bases constantes no Acordo de 1990, 18 tratam de mudanças na acentuação gráfica ou fonética e somente 3 trazem alterações gráficas nos vocábulos, mas todas referentes ao uso do hífen.

Conforme as Bases XV, XVI e XVII constantes no Anexo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 o hífen é empregado se o segundo elemento começa por 'h'; para separar vogais ou consoantes iguais; prefixos 'pan' ou 'circum', seguidos de palavras que começam por vogal, 'h', 'm' ou 'n'; com 'pós', 'pré' 'pró'. Mas a mesma não se aplica às palavras em que se unem um prefixo terminado em vogal e uma palavra começada por 'r' ou 's'. Quando isso acontece, dobra-se o. Embora a grafia passe a ser unificada, a pronúncia e o vocabulário não mudarão.

Com a revisão de literatura sobre as reformas ortográficas da língua portuguesa chegou-se as seguintes conclusões:

- a) A Reforma de 1943 representou uma grande alteração na grafia das palavras:
- estabelecimento do alfabeto com 23 letras;
  - limitação do uso das letras K, W e Y;
  - mudanças gráficas de termos que até então empregavam K, W e Y;
  - uso do *h* apenas no princípio das palavras cuja etimologia o justificasse e nos dígrafos *ch*, *lh* e *nh*;
  - eliminação do *sc* no início das palavras;
  - extinção de quaisquer consoantes que não se preferissem;
  - indicação da substituição dos fonemas por letras que mantivessem o seu valor fonético, como por exemplo o *ph* substituído por *f* ou o *ch* por *qu*, em alguns casos.
- b) As alterações da Reforma de 1971 foram exclusivamente no uso dos sinais de acentuação, sendo na maioria dos casos exclusão de sinais;
- c) A Reforma de 1990, regulamentada em 2008, apresenta 21 bases para a ortografia, sendo 18 relativas à acentuação gráfica ou tônica e 3 relativas ao emprego do hífen.

Constava na lei o prazo até 2013 para que os brasileiros absorvessem todas as mudanças, mas posteriormente este prazo foi estendido pelo governo brasileiro até 2016.

Tavares e Ricardo (2009) estimam que o novo acordo ortográfico afeta cerca de 0,5% do vocabulário do Brasil e 2% do de Portugal.

Este estudo pretende colaborar com o estabelecimento da política de tratamento da informação referente ao registro dos títulos dos documentos produzidos antes da primeira Convenção ortográfica entre Brasil e Portugal, que gerou o Formulário Ortográfico de 1943, visto que para muitos vocábulos é necessária a conversão para a grafia atual, a fim de possibilitar sua recuperação quando da busca no catálogo on-line.

#### **4 PROPOSTA PARA A POLÍTICA DE CATALOGAÇÃO**

O Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (CCAA2) (p. 1-7), diz sobre o título:

I.IBI. Transcreva o título principal exatamente no que respeita à redação, ordem e grafia, mas não necessariamente quanto à pontuação e ao uso de maiúsculas. Use os acentos e outros sinais diacríticos que estiverem na fonte principal de informação (veja também I.OG).

Por este motivo registra-se o título como aparece no documento, os seja, com a grafia usada na época de sua publicação que consta na fonte principal de informações.



Figura 1 – Página de rosto de documento de 1930  
Fonte: Souza (1930).

Encontram-se ainda no Código de Catalogação referência a outros tipos de títulos cujas definições se encontram em seu Glossário, sendo elas: falso título, título alternativo, título corrente, título da capa, título da lombada, título de partida, título do catalogador, título do encadernador, título equivalente, título principal e título uniforme.

Após consulta aos tipos de títulos e suas definições entendemos ser possível a inclusão do título atualizado pelas regras ortográficas posteriores à sua publicação como “variações do título”.

**21.30J2. Variações do título.** Se considerada necessária para o acesso, faça uma entrada secundária para qualquer versão do título (p. ex., título da capa, título de partida, título corrente, título do painel,

título do contêiner, título da barra) que seja significativamente diferente do título principal. (CÓDIGO, 2004, p. 21-46)

Uma vez que no Catálogo da Universidade é utilizado o formato MARC, e neste as variações do título são registradas no campo 246, mas para a entrada secundária de título mencionada na citação acima existe o campo 740, cabe aos catalogadores o estabelecimento de um dos campos como padrão para registro do título escrito com a ortografia atual.

No Manual de Registro Bibliográfico do SABI, constam como descrição dos referidos campos do Formato MARC:

246 – Forma variante do título  
DES

Contém as formas variantes do título associado com o item, estejam ou não presentes no documento.

As variações são registradas no campo 246 somente se diferirem substancialmente da indicação do título no campo 245 e se contribuírem para maior identificação do item. Além das variações, identifica também a forma expandida do título principal do documento e o título equivalente.

740 - Entrada secundária pelo título adicional  
DES

Contém a entrada secundária por qualquer outro título significativamente diferente daqueles informados nos campos 2XX.

Consta ainda, sobre o campo 740

Neste campo podem ser registrados: título de coleção na qual falta um título coletivo e títulos subsequentes ao primeiro título registrado no campo 245.

Entradas secundárias pelo título uniforme são registradas no campo 730.

Formas variantes do título são registradas no campo 246.

Tendo em vista as orientações constantes no Manual acima citado recomenda-se o uso do campo 246 para registro do título decorrente da atualização ortográfica. Para os indicadores do referido campo optou-se pelas seguintes definições constantes no Manual de Registro Bibliográfico do SABI:

**Ind. 1** - Nota gerada a partir da informação registrada no **Ind. 2** ou subcampo **i**.

**3** = Nenhuma nota

**Ind. 2** - Gera o texto que precede o título  
**branco** = Nenhuma informação fornecida

A informação pode ser fornecida no subcampo **i** (exibir texto) quando uma informação especial for necessária ou o valor é usado para títulos não tratados pelos outros valores, normalmente para títulos fora do item.



Figura 2 – Página de rosto de documento de 1915

Fonte: Varnieri (1915).

Os exemplos mostrados nas figuras 1 e 2 ficarão assim registrados nos campos 245 e 246 dos registros bibliográficos constantes no SABI:

Registro da obra mostrada na Figura 1 no SABI

FMT TD  
LDR ----nam--22----4a-4500  
008 900814s1930----bl-----001-0-por-d  
040 |a BR-PaURS |b por  
0410 |a por  
044 |a bl |b rs |2 IBGE  
090 |a 4.01.04.00-1  
1001 |a Souza, Décio Soares de |d 1907-1970 |4 aut  
24510 |a Demencia precoce e eschizophrenia |c Decio Soares de Souza |h  
manuscrito  
2463 |a Demência precoce e esquizofrenia  
260 |c 1930.  
300 |a 218 p.  
5910 |a Tese |b Faculdade de Medicina de Porto Alegre |c Faculdade de Medicina

|h Curso de Medicina |l Porto Alegre, BR-RS  
 504 |a Inclui bibliografia  
 65004 |a Esquizofrenia  
 690 |a Doença  
 65004 |a Demência  
 9000 |a Não disponível  
 909 |a MED0 |b po |e MEDG  
 910 |a MED

#### Registro da obra mostrada na Figura 2 no SABI

FMT TD  
 LDR -----ntm--22-----4a-4500  
 008 020729m19131915bl-----m----000-0-por-d  
 040 |a BR-PaURS |b por  
 044 |a bl |b rs |2 IBGE  
 090 |a 4.01.01.15-0  
 1001 |a Varnieri, Hildebrando Humberto |4 aut  
 24510 |a Da analgesia em obstetricia pela morphina em alta dose |c Hildebrando Humberto Varnieri  
 2463 |a Da analgesia em obstetricia pela morfina em alta dose  
 260 |c 1913-1914.  
 300 |a 55 p.  
 5910 |a Tese (doutorado) |b Faculdade de Medicina de Porto Alegre |e 1914-1915. |l Porto Alegre, BR-RS  
 65004 |a Analgesia obstétrica  
 65004 |a Analgesia  
 690 |a Anestesia  
 7102 |a Faculdade de Medicina de Porto Alegre |4 oth  
 9000 |a Não disponível  
 909 |a MED0 |b pd |c CLMP  
 910 |a MED  
 910 |a CBS

O novo quadro conceptual, ou ontologia, plasmado nos FRBR e FRAD, porém, está claramente muito mais próximo desta segunda tradição, assumindo uma visão “holística” do registro catalográfico e uma visão sistêmica das várias operações descritivas até aqui consideradas, em maior ou menor grau, como autônomas. Tal orientação decorre, fundamentalmente, do seu ponto de partida, ou seja, das necessidades dos utentes dos registros e dos catálogos. Tal aconselha a que, no médio prazo, se aponte para a elaboração de políticas descritivas ou de produção de metadados e não apenas para a proposição de uma política de catalogação no sentido mais restrito do conceito, usado entre nós. (SILVA, 2009, p. 3)

A inclusão do campo 246 nos registros das obras publicadas no Brasil no período em que se usava a grafia antiga, como nos exemplos acima, resolveria o

problema de recuperação de dados por parte de usuários que desconhecem a existência de mudança de grafia na língua portuguesa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo foi importante para resolução de um problema pontual, e ampliou os conhecimentos sobre a literatura científica em língua portuguesa constante no acervo da Biblioteca FAMED/HCPA, embora este não tenha sido o objetivo do mesmo.

A partir destas conclusões pode-se inferir que o ruído na recuperação de dados de título se dá nas obras publicadas até 1943, momento em que, ocorreu a mudança mais significativa na grafia das palavras de uso cotidiano no português do Brasil.

Após esta data as Reformas trataram essencialmente de acentuação e conforme o manual do SABI a acentuação ou o uso de letras maiúsculas ou minúsculas não interfere na recuperação da informação. Por este motivo as mudanças que alteraram a acentuação gráfica ou tônica dos vocábulos não representam problema para a recuperação de dados.

Reformas Ortográficas como foi a nossa primeira, onde a forma de escrever as palavras é muito alterada não são comuns, e dizem respeito a particularidades do idioma, por isto vale a pena um tratamento diferenciado para títulos que contém palavras que usavam a forma antiga de grafia, e que esta seja incluída na política de catalogação.

Recomenda-se a revisão dos registros dos 1.282 documentos publicados no Brasil e em português até 1943, para inclusão do campo 246 assim que possível, e que esta orientação seja incluída na política de catalogação, a fim de evitar a continuidade do problema de recuperação pelo título, sempre que alguma obra publicada antes da primeira Reforma Ortográfica chegue à Biblioteca.

A atualidade da política de catalogação e sua adequação a necessidades expressas pelos usuários ou detectadas pelo pessoal da Biblioteca devem ser constantes, para que o catálogo atinja seus objetivos.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Formulário ortográfico**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2453&sid=19>.

Acesso em: 10 ago. 2013.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Formulário Ortográfico**. Brasília : ABL, 1943.

BRASIL. Decreto 6.583, de 29 de setembro 2008: promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, 30 set. 2008. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm).

Acesso em: 23 ago. 2013.

BRASIL. Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971: Aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1971.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5765.htm). Acesso em: 10 ago. 2013.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano: revisão 2002. 2. ed. rev. São Paulo : FEBAB : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

FORMULÁRIO ortográfico de 1943. Portal da Língua Portuguesa. Disponível em:

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1943>. Acesso em: 24 ago. 2013.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, v. 10, n. 2, p. 1-22, abr. 2009. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/abr09/Art\\_06.htm](http://www.dgz.org.br/abr09/Art_06.htm). Acesso em: 14 ago. 2013.

NISKIER, Arnaldo. **A língua portuguesa no século XX**. 2003. Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2454&sid=19>.

Acesso em: 23 ago. 2013.

OKADA, Susana Yuri; ORTEGA, Cristina Dotta. Análise da recuperação da informação em catálogo online de biblioteca universitária. **Informação & informação**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 18-35, jul./jun. 2009.

SILVA, Armando Jorge. **Política de catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**. Lisboa, 2009. Disponível em:

<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documents/PoliticaCatalogacaoDGLBfev2009.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2013.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Do catálogo impresso ao *on-line*: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 59-75, jan./jun. 2012.

SOUZA, Décio Soares de. **Demencia precoce e esquizofrenia**. 1930. Tese. Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Porto Alegre, 1930.

TAVARES, Manuel; RICARDO, Maria Manuel C. Breve história do acordo ortográfico. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, 2009. Disponível em [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502009000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Centro de Processamento de Dados. **História do CPD**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpd/historia>. Acesso em: 23 ago. 2013.

VARNIERI, Hildebrando Humberto. **Da analgesia em obstetrícia pela morfina em alta dose**. 1915. Dissertação. Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Porto Alegre, 1915.